

JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR

CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE FRAUDES RELATIVAS À COTA DE GÊNERO ELEITORAL

COMO PENSAM OS TRIBUNAIS ?



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2021 by José Wilson Ferreira de Araújo Júnior.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico. fotocópia, gravação etc. - nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Andrew Assaf
Diagramação: Júlia Noffs / Lia Coaquira
Revisão: Responsabilidade do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663c Araújo Júnior, José Wilson Ferreira de.
Construção jurisprudencial sobre fraudes relativas à cota de gênero eleitoral : como pensam os tribunais? / José Wilson Ferreira de Araújo Júnior. – Belo Horizonte : Editora Dialética, 2021.
232 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5956-846-8

1. Cotas de gênero. 2. Sistema eleitoral. 3. Democracia. I. Araújo Júnior, José Wilson Ferreira de. II. Título.

CDD 324.66

CDU 342.841

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica
 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO.....	7
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
COTAS DE GÊNERO E DEMOCRACIA. SISTEMA ELEITORAL.	
TIPOLOGIA.....	21
1.1 COTAS DE GÊNERO E DEMOCRACIA.....	21
1.2 COTAS DE GÊNERO E O SISTEMA ELEITORAL.....	36
1.3 TIPOLOGIA DAS COTAS DE GÊNERO.....	41
CAPÍTULO II	
BREVE HISTÓRICO. PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA AUTONOMIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS.	
DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADI Nº 5617.....	53
2.1 HISTÓRICO DA POLÍTICA DE COTAS: DA LEGISLAÇÃO AO POSICIONAMENTO DO STF SOBRE AS COTAS DE GÊNERO.....	53
2.2. A COTA DE GÊNERO E OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA AUTONOMIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	61

2.3 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE, A DIVERSIDADE E A ADI Nº 5617.....	71
2.3.1 O Princípio da Igualdade e suas Dimensões Obrigacionais.....	74
2.3.2 O Julgamento do STF sob as Perspectivas da Diversidade e da Discriminação.....	84
2.3.3 A Regra de Julgamento Adotada pelo STF na ADI nº 5.617.....	93
CAPÍTULO III	
A JURISPRUDÊNCIA DOS TRES E DO TSE NOS CASOS DE FRAUDES DE COTA DE GÊNERO.....	117
3.1 CRITÉRIOS DE PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS.....	119
3.2 ACÓRDÃOS EM QUE HOUE RECONHECIMENTO DA FRAUDE ATÉ A ADI Nº 5617.....	130
3.3 ACÓRDÃOS EM QUE HOUE RECONHECIMENTO DA FRAUDE DEPOIS DA ADI Nº 5617.....	134
3.4 ACÓRDÃOS EM QUE NÃO HOUE RECONHECIMENTO DA FRAUDE.....	142
3.5 DESENVOLVIMENTO JURISPRUDENCIAL NACIONAL SOBRE COTAS ELEITORAIS DE GÊNERO: UM ESFORÇO DE SÍNTESE	148
CAPÍTULO IV	
O CASO EMBLEMÁTICO DE VALENÇA DO PIAUÍ.....	161
CONCLUSÃO.....	187
REFERÊNCIAS.....	195